

ACM quer 'acabar' com aumento do IR

Presidente do Senado diz que vai propor emenda à MP e que não aceita tributo maior para pessoas físicas

ROSA COSTA

BRASÍLIA — As modificações feitas pelo governo no pacote de ajuste fiscal, ampliando as possibilidades de deduções no Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF), não sensibilizaram os adversários do aumento da tributação. O presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), garantiu ontem que não vai mudar sua posição contrária ao aumento do IRPF. Segundo ele, a decisão do governo de excluir da MP o limite de dedução das despesas com saúde, dependentes e pensão alimentícia "representa uma contribuição para negociar, mas não é suficiente".

"Acho que o necessário é acabar com o aumento do Imposto de Renda", afirmou. "Eu continuo nessa tese." Magalhães disse que está aguardando a "decisão soberana do Congresso sobre a medida", mas antecipou que vai apresentar emenda à proposta, se os seus colegas não tiverem essa iniciativa.

"Eu não vou negociar", assegurou. "Vou emendar e lutar para que não haja aumento da tributação, principalmente nas faixas mais baixas."

Ele afirmou que continua confiante sobre a possibilidade de um entendimento entre a posição do governo e do Congresso. "Todas as vezes que se negocia, se encontra um denominador comum", justifi-

cou. "Espero que seja encontrado dessa vez."

Para o senador, eventuais especulações sobre atritos que a sua posição poderia provocar no relacionamento com o presidente Fernando Henrique Cardoso são "tão bobas que não merecem resposta". "Eu sou amigo do presidente, vou ajudar seu governo e ele é o nosso candidato à Presidência da República", lembrou. "Conseqüentemente, minha posição é de apoio a ele".

Ele argumentou, porém, que o fato não implica apoio generalizado a todas as medidas do governo. "Isso não significa que eu vá concordar com todas as medidas que o presidente deseje obter do Congresso", esclareceu. Segundo ele, a

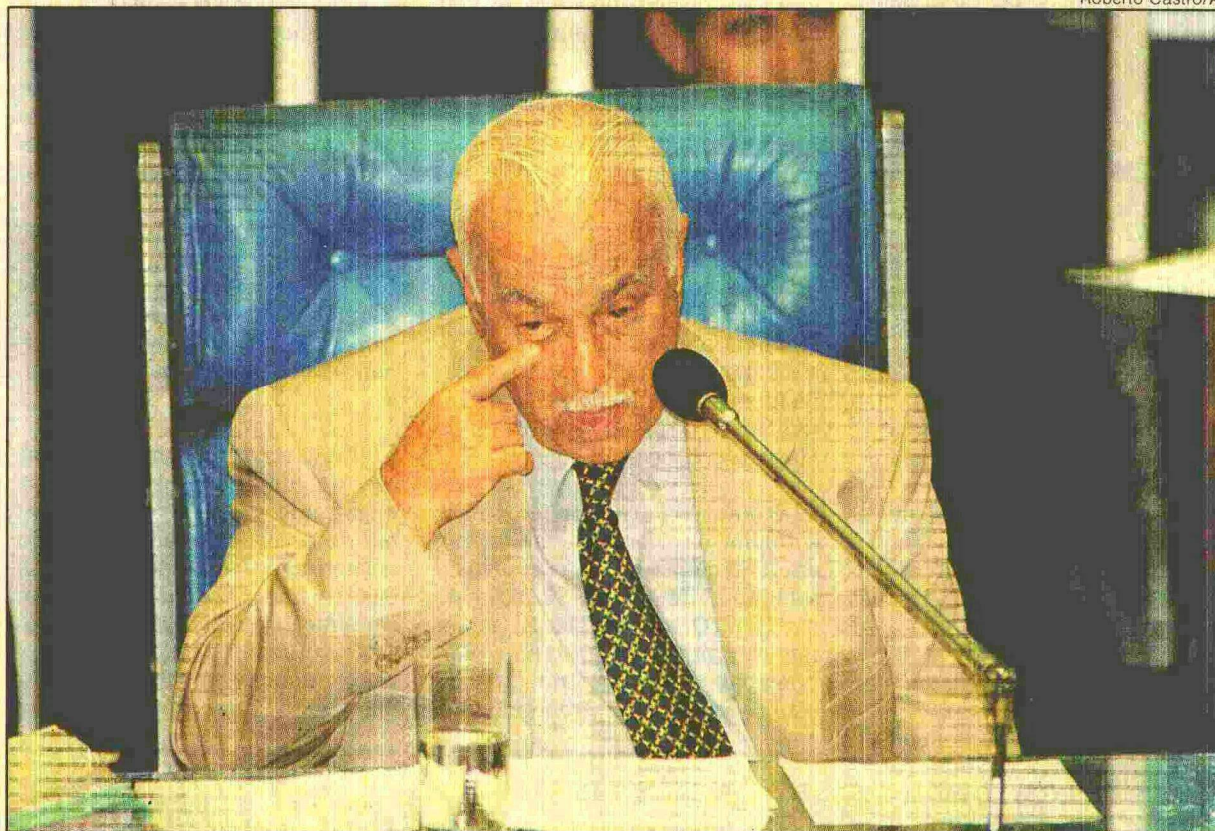
MP que reduz em 50% os incentivos fiscais concedidos à Amazonas é uma "questão polêmica, mas pode ser feita na hora do sacrifício".

O porta-voz do Palácio do Planalto, Sérgio Amaral, afirmou ontem que "o Executivo já deu um passo importante em relação ao IRPF e essa posição coincide com o Congresso no objetivo de fazer com

que as medidas econômicas incidam sobretudo sobre aqueles que podem contribuir mais". O passo importante, segundo Amaral, é o fato de que 80% do que será arrecadado a mais de IR virá de 15% dos contribuintes, atingindo principalmente as pessoas de maior poder aquisitivo. Amaral voltou a dizer que o governo não fará objeções caso o Congresso encontre outras formas de tributação que permitam ao governo uma receita extra de R\$ 20 bilhões.

■ Colaborou Isabel Braga

Roberto Castro/AE



ACM: "Sou amigo do presidente, vou ajudar seu governo e ele é o nosso candidato à Presidência da República"



MUDANÇAS
FEITAS NÃO SÃO
SUFICIENTES, DIZ
MAGALHÃES